



## PARECER JURÍDICO Nº 020/2016

**Requerente:** Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**Assunto:** Pregão Presencial n. 012/2016. Manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos de ar condicionado.

**Conclusão:** Parecer Favorável.

1

### I – RELATÓRIO

*Os autos chegaram a Assessoria Jurídica para atendimento do artigo 38, inciso VI da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo que versa sobre procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tombado sob o nº. 012/2016, tendo como objeto o seguinte: contratação de empresa especializada para manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos de ar condicionado de parede das unidades escolares, unidades de saúde e unidades administrativas zona urbana e rural deste município.*

*Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:*

- a) Solicitações e autorizações;*
- b) Minutas de edital e contrato;*
- c) Nomeação do Pregoeiro e membros da Comissão de Licitação, dentre outros*

*documentos Pertinentes.*

*Em síntese, é o que há de mais relevante para relatar.*

### II – ANÁLISE JURÍDICA

Presta-se a presente análise, para verificação do acervo documental que compõe a fase interna da licitação, **notadamente quanto à regularidade da minuta do edital, contrato e anexos**, entretanto, antes de iniciar na análise propriamente dita, é necessário salientar que ressaltados os aspectos Técnico-Administrativo que escapam do âmbito da apreciação desta Assessoria Jurídica, nossa apreciação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data e limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade nos termos da lei.

Sendo assim, observa-se o preenchimento das exigências legais contidas no artigo 40 da Lei n. 8.666/93, no que se refere a critérios de *habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico financeira dos licitantes e critérios de julgamento de propostas, exigências, dentre outras.*

Da mesma maneira, presentes na minuta de contrato os requisitos de contratação, as obrigações das partes, penalidades contratuais, bem como o modo de execução do bem licitado.



Ademais, o edital encontra-se em sintonia com a legislação aplicada, no que tange ao prazo e regência, adjudicação e homologação, preços e incidências fiscais, reajustes e atualização monetária, faturamento e pagamento, rescisão e termos recursais, os critérios de entrega dos bens, validade da proposta e as penalidades contratuais em caso de descumprimento.

### III – CONCLUSÃO

“**EX POSITIS**”, ante a verossimilhança dos fatos ora externados, esta assessoria jurídica **APROVA** o instrumento convocatório e seus anexos referente ao pregão nº 012/2016, e **OPINA**, pelo prosseguimento regular do feito.

SMJ.

Piçarra – PA, 23 de Março de 2016.

**Bruno Vinicius Barbosa Medeiros**  
Assessor Jurídico  
OAB/PA 21025